

\* *Marcelo Medeiros*

**A**ntes do recesso parlamentar, que começa em 1º de julho, o Congresso Nacional tem apenas 44 dias úteis de funcionamento. Excluídas as segundas e sextas-feiras, quando não existe número para deliberação (o que, aliás, ocorre na maioria dos Parlamentos do mundo), sobram apenas 27 dias, para os deputados e senadores votarem as medidas provisórias, recentemente enviadas ao Congresso. Inclusive os vetos, apostos nas que já foram aprovadas. Para apreciá-los e saciar a avidez legiferante do Executivo, no prazo constitucional de 30 dias, será necessário um extraordinário esforço parlamentar.

A esta enxurrada de textos polêmicos, acrescentam-se as medidas provisórias bumerangues, as que vão e voltam ao Congresso, com uma simples retificação no *Diário Oficial*, como se estivessem (e será que estão?) a sondar no meio jurídico a sua constitucionalidade e no congressual, a hipótese de sua aprovação. No mais puro estilo do "se collar... collou".

Ora, convenhamos, por mais que se responsabilize esse ou aquele funcionário subalterno, esta estratégia não é digna do Ministro da Justiça, deputado Bernardo Cabral, parlamentar eminente, relator da Constituição de 1988 e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que assina as medidas, nem do Consultor Geral da República, professor Celio Silva, conceituado jurista.

Por coincidência soma-se a essa prática (se é que ela existe) a divulgação escandalosa de abusos intoleráveis, de mordomias impensáveis com o dinheiro do contribuinte, praticados e usufruídos também pelo Poder Legislativo.

Se a intenção é acuar o Congresso e

confundir a opinião pública sobre a necessidade do Poder Legislativo, o objetivo do governo está sendo alcançado. Até porque, em consequência do acovardamento dos atingidos pela intimidação, obteve-se um silêncio comprometedor.

Ou o Legislativo reage, impondo-se como poder, ou será "ofuscado" pela "onipresença" espetacular do Presidente da República que, com a maior competência, vem provocando no povo brasileiro a sensação de inutilidade das casas legislativas, como se elas fossem apenas palácios de marajás.

Leiloando mansões e carros oficiais, controlando preços nos supermercados, ocupando com sua personalidade marcante os espaços da mídia, o Presidente Collor se transformou, a apenas cinco meses das próximas eleições, no maior "cabo eleitoral" do país.

Em agosto, quando termina o recesso, os deputados e senadores, já em campanha no interior dos seus estados, dificilmente voltarão a Brasília. Collor, portanto, desde julho, com a conivência forçada do Congresso, estará sozinho para legislar, editando e reeditando medidas provisórias.

Sem inflação, com o dinheiro da Nação repesado e a comporta sob seu controle, com altos índices de popularidade e de aprovação, o Presidente da República vai comandar as eleições de 3 de outubro, com poder quase absoluto.

Quase porque sua política econômica recessiva traz, rondando, o "espectro" do desemprego. Se conseguir "exorcizá-lo" com o "abre e fecha" das torneiras do Banco Central, vai ganhar disparado as eleições, dizimar as oposições, e aí... quem sabe?